

## A catástrofe ao vivo<sup>1</sup>

### The living catastrophe

*Arlindo Machado*<sup>2</sup>

#### Resumo

Em que pese seu caráter catastrófico, o evento de 11 de setembro de 2001 representou a hipérbole daquilo que Dayan e Katz chamam de *acontecimento midiático*, no duplo sentido do termo: um espetáculo de televisão ao vivo que mobilizou o planeta inteiro e uma intervenção na grande mídia por parte de um grupo até então obscuro, mas que soube ganhar notoriedade com uma ação de extremo impacto. O evento permite aprofundar os conceitos de *agenda setting* e de *gatekeeping*, na medida em que mostra o poder de agentes da sociedade, sobretudo os mais radicais, de determinar a pauta da mídia.

#### Palavras-chave

11 de setembro; transmissão direta; acontecimento midiático; agendamento; filtragem de informação.

<sup>1</sup> Agradeço a colaboração de Beatriz Becker, pela leitura crítica do texto e pelas sugestões de acréscimos e supressões.

<sup>2</sup> Arlindo Machado é Doutor em Comunicação e professor da PUC-SP e da ECA/USP. Publicou, entre outros, os livros *Eisenstein: Geometria do Êxtase*, *A Ilusão Especular*, *A Arte do Vídeo*, *Máquina e Imaginário*, *El Imaginario Numérico*, *Video Cuadernos*, *Pré-cinemas & Pós-cinemas*, *A Televisão Levada a Sério*, *O Quarto Iconoclasmo*, *El Paisaje Mediático*, *Os Anos de Chumbo*, *O Sujeito na Tela*, *Arte e Mídia*, além de inúmeros artigos em revistas especializadas. É também coautor de *Os Anos de Autoritarismo: Televisão e Vídeo*, *Rádios Livres: a Reforma Agrária no Ar*, *Made in Brasil: Três Décadas do Vídeo Brasileiro* e *Pantanal: A Reinvenção da Telenovela*. No terreno das artes, foi curador das exposições *Arte e Tecnologia*, *Cinevídeo*, *A Arte do Vídeo no Brasil*, *Arte e Tecnologia*, *A Investigação do Artista*, *Made in Brasil*, *Emoção Art.ficial II* e *El Cuerpo como Interface*. Organizou várias mostras de arte eletrônica brasileira e internacional para eventos como *Getxoko III* (Bilbao), *Arco* (Madri), *Art of the Americas* (Albuquerque), *Brazilian Video* (Washington), *Medi@terra 2000* (Atenas), *L.A. Freewaves* (Los Angeles), *Image Forum* (Tóquio), *Plataforma 2006* (Puebla), *Visionários* (América Latina e Europa) e *Transitio\_mx* (México).

## Abstract

Despite its catastrophic nature, the event of September 11<sup>th</sup>, 2001, represented the hyperbole of what Dayan and Katz call *media event*, in the double sense of the term: it was a live television show that captured audience worldwide and also an intervention in mainstream media made by an unknown group, until that moment, which knew how to gain notoriety with an action of extreme impact. The event allows deepen the concepts of *agenda setting* and *gatekeeping* once it reveals the power of social agents to determine the agenda of the media, especially the most radical.

## Keywords

September 11<sup>th</sup>; live broadcasting; media event; agenda setting; gatekeeping.

O evento já é bastante conhecido. No dia onze de setembro de 2001, o voo número 11 da American Airlines decola de Boston às 8:00<sup>3</sup> em direção a Los Angeles, mas no meio do caminho muda de rota e às 8:48 atinge a Torre Norte do World Trade Center, em Nova York. Às 8:10, o voo 175 da United Airlines decola de Boston em direção a Los Angeles, mas também muda de rota durante o percurso e às 9:05 se choca contra a Torre Sul do mesmo edifício. Às 9:00 do mesmo dia, o voo 77 da American Airlines sai de Washington em direção a Los Angeles, mas o avião é desviado de volta a Washington e às 9:40 se choca contra um setor do Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos EUA. Ainda um quarto voo (93), este da United Airlines, sai de Newark às 8:00 em direção a San Francisco, mas, pelo que se supõe, houve um confronto entre sequestradores e passageiros e o avião cai antes de chegar ao seu destino. A hipótese, neste último caso, é a de que o avião também mudou de rota e estaria seguindo para Washington, em direção à Casa Branca (sede do governo americano), ou ao Capitólio (sede do Congresso dos EUA), ou novamente ao Pentágono. Os atentados foram atribuídos a membros do grupo clandestino Al-Qaeda.

Desnecessário dizer que os atentados às Torres Gêmeas, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington (na verdade, em Arlington, Virginia), com um saldo de aproximadamente 3.000 mortos, à parte todas as suas motivações e retaliações políticas,

<sup>3</sup> Todos os horários indicados aqui se referem ao fuso horário de Washington, DC.

geopolíticas, religiosas e étnicas, foi um impressionante *espetáculo de televisão*<sup>4</sup>. E foi espetacular de ambos os pontos de vista: do ponto de vista da própria televisão (sobretudo a norte-americana), que conseguiu finalmente um hiperbólico furo de reportagem, sem falar dos dividendos posteriores em termos de *rating* e faturação em todo o planeta, mas também por parte dos autores dos atentados, que, graças à televisão, conseguiram uma visibilidade e uma repercussão sem precedentes em toda sua história.

Em 1992, os autores Daniel Dayan e Elihu Katz publicaram um livro que se tornou um dos grandes clássicos dos estudos de televisão: *Media Events: The Live Broadcasting of History*. A História, considerada como um campo de conhecimento, sempre discutiu o passado, aquilo que já aconteceu, partindo de um pressuposto (um tanto duvidoso) de que só podemos refletir sobre determinado objeto se tivermos certo afastamento temporal em relação a ele (vide Bourdieu, 1996, p. 30). Nesse sentido, a História se contrapõe à Política e ao Jornalismo, campos de conhecimento que precisam dar respostas imediatas a situações que estão acontecendo no mesmo momento da reflexão, ainda que essa reflexão seja mais eficiente quando ela se nutre da experiência da História. A televisão (e também o rádio um pouco antes) conseguiu a façanha de nos trazer a *história ao vivo*: eu estou dentro dela, eu a estou vivendo neste momento, estou sendo conclamado a me posicionar como protagonista (e não apenas como espectador ou analista) sobre algo que ainda não é passado. Dayan e Katz atribuem a esses acontecimentos transmitidos ao vivo pela televisão o nome de *media events* (acontecimentos midiáticos), ou seja, eles são situações que acontecem na e para a televisão, ou, se não é esse o caso, situações que estão sendo reportadas ao vivo e em tempo presente<sup>5</sup> a uma massa imensa de espectadores, muitos deles envolvidos diretamente nos eventos (imaginem o drama dos parentes dos passageiros dos voos e dos funcionários do World Trade Center e do Pentágono).

<sup>4</sup> Utilizamos aqui a palavra *espetáculo* no sentido de ação para se ver ou para ser vista (do verbo latino *spectare*/olhar e do nominativo *spectaculum*/aquilo que se oferece à visão), portanto na direção contrária da crítica debordiana da “espetacularização” do mundo pela mídia,

<sup>5</sup> Embora se costume referir-se à televisão como um “eterno presente”, ela pode trabalhar também com o futuro. Um exemplo eloquente é o The Weather Channel, um canal de previsão do tempo de grande audiência nos EUA. Um brasileiro pode achar estranho que os espectadores gastem grande parte de seu tempo assistindo a um canal de previsão do tempo. Acontece que os EUA localizam-se numa região geográfica abalada por toda sorte de catástrofes: terremotos, nevascas, furações, inundações, tornados etc. e as pessoas precisam estar prevenidas sobre os perigos que estão por vir, para se protegerem a tempo. Isso justifica um canal de televisão que fica 24 horas no ar, com grande audiência, dedicado apenas à previsão de tempo e de catástrofes.

É preciso considerar que a transmissão direta constitui verdadeiramente um *gênero* televisual, talvez o primeiro desse meio, pois, como se sabe, as primeiras emissões da história da televisão foram as transmissões ao vivo de eventos extra-televisuais (mas com a participação da televisão em sua organização), como os Jogos Olímpicos de Berlim (1936), a coroação do rei Jorge VI da Inglaterra (1937), a convenção do Partido Republicano norte-americano na cidade de Filadelfia (1940) e assim por diante. Dayan e Katz (1992; 1995, pp. 169-188) desenvolveram uma teoria muito inovadora sobre as cerimônias televisuais de exceção, aquelas que interrompem as convenções do fluxo convencional da televisão, quebram toda a grade de programação e unificam todos os canais em torno de uma celebração (ou consternação) coletiva ao vivo. Os grandes exemplos da espécie são os funerais de líderes como Winston Churchill, John Kennedy, Indira Gandhi e Aldo Moro, o casamento real de Charles e Diana na corte inglesa, as jornadas do papa João Paulo II à Polônia e do presidente egípcio Anwar al-Sadat a Jerusalém, os processos de Watergate no Senado norte-americano, os acontecimentos revolucionários na Europa Oriental em 1989, os debates presidenciais no período pré-eleitoral e assim por diante. Típicos exemplos brasileiros seriam os funerais de Tancredo Neves (1985) e Ayrton Senna (1994), a votação pelo Congresso Nacional do *impeachment* do presidente Fernando Collor (1992) e os finais de copas mundiais de futebol. Nessas ocasiões, o país inteiro interrompe suas atividades para ver televisão e a recepção é quase que obrigatória. Quando bem sucedidas, essas transmissões mobilizam audiências esmagadoramente grandes, às vezes uma nação inteira, quando não o planeta todo, materializando a idéia mcluhaniana da “aldeia global”.

Ainda de acordo com os autores citados, esses rituais coletivos que a televisão transforma em “história instantânea” têm o poder de modelar a memória coletiva, assim como de integrar e reorganizar sociedades inteiras em torno de um mito ou de uma vontade coletiva. Transmissões desse gênero – afirmam Dayan e Katz (1995, p. 173) – estão intimamente ligadas à História, não apenas no sentido de que elas custodiam a vontade coletiva, mas, sobretudo, no sentido de que a representação de eventos que ainda estão em processo de realização pode influir em seu desenvolvimento e em suas conseqüências. Nesse sentido, mais do que referir-se à História, elas muitas vezes *fazem* (ou pelo menos marcam) a História. E ainda mais: os acontecimentos midiáticos, segundo os referidos autores, podem servir de instrumentos tanto para a conservação, quanto para a transformação de relações

sociais, neste último caso quando o acontecimento ultrapassa o controle da mídia. Beatriz Becker, em seu livro *A Linguagem do Telejornal* (2005, pp. 111/2, 122/4, 146, 149), inspirada nas ideias de Dayan e Katz, faz um estudo das comemorações dos 500 anos de descoberta do Brasil, em 2000. Mídia (majoritariamente a televisão) e Estado se uniram para organizar e transmitir ao vivo a grande celebração nacional, mas deu tudo errado, porque a sociedade civil injuriada (índios, sem-terra, sem-teto, desempregados e demais perdedores) interferiram nas comemorações e estragaram a festa, revelando a fragilidade da democracia brasileira. O que era para ser uma festa nacional converteu-se, diante dos olhos de toda a nação e ao vivo, numa grande pancadaria entre exército e contestadores e que a televisão não teve como ignorar.

A diferença mais óbvia entre os acontecimentos midiáticos e outras formas ou gêneros de transmissão está no fato de os primeiros, por definição, não constituírem uma rotina. De fato, são *interrupções* da rotina; interferem no fluxo normal das emissões e de nossas vidas. Como as festividades que detêm as rotinas cotidianas, os acontecimentos de televisão propõem coisas excepcionais em que pensar, presenciar e fazer. (...) Nos acontecimentos mais característicos, a interrupção é *monopolista*: todos os canais suspendem sua programação regular pelo grande acontecimento, ficando fora do consenso apenas umas poucas emissoras independentes. Dificilmente se poderia anunciar de modo mais impressionante a importância do que está acontecendo (Dayan & Katz, 1992, p. 14).

Dayan & Katz denominam acontecimentos midiáticos as cerimônias públicas transmitidas ao vivo pela televisão (competições esportivas, coroamentos, casamentos reais, funerais de personalidades célebres, mas também catástrofes naturais de grandes proporções), mas admitem que essas cerimônias podem ser ambíguas, quando o imponderável se impõe ao programado. Por outro lado, podemos, sem nenhuma dúvida, acrescentar também aos acontecimentos midiáticos os atentados e os atos de terrorismo<sup>6</sup>, desde que pensados e encenados para as mídias. O mesmo se pode dizer de movimentos contestatórios, como o Green Peace ou, no Brasil, o Movimento dos Sem Terra. Toda transmissão em tempo real e presente inclui certo elemento de *suspense*, na medida em que as coisas podem não ocorrer como planejadas. O melhor da televisão ao vivo acontece quando o imponderável se impõe sobre o programado e isso pode se dar de duas maneiras diferentes. De um lado, o acaso ou o

<sup>6</sup> Neste texto, usamos a expressão *terrorismo* no sentido que lhe dá o senso comum, mas sem nenhum julgamento *a priori*, pois tanto existem os atos de terrorismo praticados por grupos clandestinos ilegais, como aqueles praticados por forças do Estado, como invasão de países, destituição de governos legais, golpes de Estado etc.

não previsto podem se impor com tal eloquência, que todo controle resulta inútil; de outro lado, a impossibilidade de um total controle sobre a operação em tempo presente, por parte daqueles que fazem televisão, torna possível, paradoxalmente, a intervenção planejada de grupos organizados *externos* à televisão.

Um bom exemplo é o chamado *Black September* (Setembro Negro), que aconteceu na Alemanha, em 1972. No dia 5 de setembro desse ano, seis dias antes de 11 de setembro, terroristas palestinos sequestraram um grupo de atletas israelenses que estavam participando das Olimpíadas de Munique, dando início a um sangrento conflito, com um saldo de dez atletas, cinco terroristas, um treinador e um policial mortos. Os palestinos exigiam a libertação de 200 prisioneiros em Israel, mas o governo israelense recusou. De início, apenas a rede ABC (American Broadcasting Company) estava transmitindo as provas esportivas ao vivo e, por essa razão, ela foi a primeira a mostrar as imagens do conflito. Mas logo, o mundo todo voltou as suas atenções (e suas câmeras) para o estádio de Munique. Um dia inteiro de negociações entre o governo da Alemanha Ocidental e os terroristas foi transmitido ao vivo, com requintes de *suspense* e horror, diante de uma audiência estimada em 800 milhões de espectadores. Não se trata apenas de um ato de terrorismo, mas de uma intervenção na mídia. A inesperada e violenta intervenção ao vivo no fluxo televisual deu notoriedade internacional à causa palestina. De outra maneira, ela nunca seria notada, nem pautada pela grande mídia internacional.

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 são nitidamente intervenções na grande mídia, sobretudo na televisão, que desde o início colocou ao vivo as imagens da tragédia no ar. Muitos consideram que até mesmo o atraso de 17 minutos entre um ataque e outro às Torres Gêmeas foi proposital e calculado, pois o primeiro deveria atrair a mídia e quando acontecesse o segundo toda a televisão já estaria no local para transmitir a destruição ao vivo. Se não fosse assim, não haveria muita razão para atacar duas vezes o mesmo edifício, quando Nova York tem muitos outros objetivos da mesma visibilidade. Mesmo o atraso entre os dois voos desviados para Washington (um deles frustrado) pode ter sido planejado com o mesmo fim, caso seja verdadeira a hipótese de que o voo 93 destinava-se mesmo ao Pentágono. O caráter espetacular e quase hollywoodiano dos atentados evidenciam o propósito de seus autores de produzir um acontecimento para a televisão, um acontecimento midiático, que lhes

desse notoriedade. Quando o monge budista ateou fogo sobre seu próprio corpo, em 1963, para protestar contra a intervenção americana no Vietnã, ele só o fez porque sabia que diante dele havia um repórter fotográfico (Malcolm Brown) e, de fato, a foto obtida por esse fotógrafo correu todo o mundo como uma imagem-símbolo da resistência dos vietnamitas. Por mais cruel que seja a cena, ela é a melhor demonstração de que, quando não se consegue entrar na pauta da mídia, só mesmo um acontecimento espetacular pode inverter essa situação.

Uma pergunta inevitável que todos fazem é: por que os autores dos atentados de 11 de setembro escolheram exatamente esse dia para os ataques? Essa questão ainda permanece em aberto, mas no filme coletivo *11'09''01 (Onze de Setembro/ 2012)*, o cineasta israelense Amos Gitai faz a personagem principal de seu episódio arrolar uma lista de acontecimentos relacionados com essa data, como se ela fosse algo fatídico. Certamente os autores do atentado tiveram alguma razão para escolher essa data. Nós não a conhecemos (ainda). Mas temos muitas pistas:

Em 11 de setembro de 1973, Salvador Allende, presidente eleito do Chile, foi assassinado e o exército chileno, liderado pelo general Pinochet, toma o Palácio de La Moneda e dá um golpe militar no país, resultando na morte de 30.000 pessoas e milhares de desaparecidos e exilados. O cineasta inglês Ken Loach, em seu episódio no mesmo filme citado acima, desloca a discussão do 11 de setembro norte-americano (Torres Gêmeas e Pentágono) para a discussão do 11 de setembro chileno, um atentado político de consequências muito mais trágicas, planejado e financiado pelos EUA (inclusive se vê no filme imagens inéditas de Henry Kissinger, na época Secretário de Estado dos EUA, confabulando com o general Pinochet no Chile). Quem são os terroristas?

Em 1857, acontece o chamado “massacre do 11 de setembro” nos EUA. Nessa data, 150 colonos em Montain Meadows, perto de St. George (estado de Utah), são assassinados por mórmons radicais.

Em 11 de setembro de 1971 morre o líder soviético Nikita Khruchtchêv, que sucedeu Stalin depois da morte deste e iniciou uma série de reformas que muitos consideram progressistas na então chamada URSS, com o desmonte da polícia política (KGB) e algumas

promessas de liberdade e democracia. O acontecimento mais polêmico foi quando Khruchtchêv acusou Stalin de ter cometido o maior genocídio da história da União Soviética e iniciou um dossiê mostrando os crimes do ditador durante seu governo. Esse dossiê nunca deixou de ser continuado e atualizado. Em 1968, o historiador inglês Robert Conquest, especialista em história da União Soviética, em seu livro *The Great Terror*, mostra o resultado do terrorismo stalinista: 80 milhões de executados, 140 milhões de exterminados por fome ou privação nos *gulags* (campos de concentração soviéticos), 20 milhões de deportados e 10 milhões de prisioneiros civis. Khruchtchêv foi afastado do poder por causa de suas denúncias e por incriminar gente que ainda estava viva, para dar lugar ao ultra-conservador Leonid Brejnev. Acredita-se que a sua morte em 11 de setembro não tenha sido “natural”.

Em 11 de setembro de 1987, o cantor e compositor de reggae e ska Peter Tosh é assassinado em sua própria casa por uma gangue que nunca se soube bem o que queria e que nunca foi julgada, porque a maioria, com exceção de apenas um, conseguiu fugir da Jamaica. Tosh era militante de esquerda, cantor de músicas de protesto e um dos principais incentivadores do movimento rastafári, que nasceu na Etiópia e defendia o uso da maconha, além de pregar a oposição ao capitalismo ocidental. Dos assassinos, o único que foi preso nunca contou a história direito. Foi condenado à morte, mas continua vivo até hoje, depois de 24 anos.

Em 11 de setembro de 1969, a Junta Militar brasileira edita o Ato Institucional número 15, que depõe o marechal Costa e Silva e coloca em seu lugar o general Garrastazu Médici, de linha dura e tendência de extrema direita. Logo em seguida (no dia 19 de dezembro) morre o marechal Costa e Silva e sua morte também não é considerada “natural”. Dentro das restritas regras hierárquicas do exército, o poder máximo só pode ser exercido pelo militar de mais alta patente, no caso, um marechal. Mas na época só existiam dois marechais em condições de governabilidade (Castelo Branco e Costa e Silva), enquanto que o exército queria alguém de punho mais forte, uma espécie de Pinochet brasileiro, como era o caso do general Médici. Então era preciso eliminar os marechais para que os generais pudessem governar.



No dia 11 de setembro de 2001, poucas horas antes do atentado às Torres Gêmeas e ao Pentágono, aconteceu o assassinato de Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, prefeito da cidade de Campinas, por sua atuação enérgica contra o crime organizado. O assassinato, de motivação claramente política, foi totalmente ofuscado pelos atentados nos EUA. O episódio do israelense Amos Gitai no referido filme *11'09''01* ironiza a hegemonia dos atentados de 11 de setembro na mídia, abafando todos os outros acontecimentos do mesmo dia. A equipe de reportagem de uma rede de televisão israelense, por mera causalidade, consegue gravar as imagens de um atentado cometido por um homem-bomba no centro de Jerusalém e não consegue entender por que não a colocam no ar ao vivo. A emissora responde friamente aos repórteres que há um acontecimento muito mais importante nos EUA (o atentado às Torres Gêmeas) e que ela não pode perder tempo colocando no ar mais uma rotineira explosão provocada por um homem-bomba, quando há um acontecimento muito mais bombástico naquele mesmo dia e horário. Também o episódio de Ken Loach discute essa hegemonia do 11 de setembro norte-americano. Por que estamos, tantos anos depois, discutindo o 11 de setembro de 2001 e não o de 1973?

Tudo é uma questão de *agenda setting* (agendamento). A idéia do *agenda setting* foi formulada nos anos 1970 por Maxwell McCombs e Donald Shaw (1977), a partir de algumas ideias que já vinham se esboçando antes por outros (Walter Lippmann e Bernard Cohen, ambos do campo do Jornalismo). Para esses autores todos, o agendamento era apenas uma hipótese sobre como a mídia funciona, mas as teorias da comunicação estenderam a ideia e a transformaram numa teoria. Segundo essa teoria, a mídia nos impõe os seus temas. Ela determina a pauta (*agenda*, em inglês) de discussão e tudo aquilo que a opinião pública estará discutindo em seguida. Certos temas serão colocados em ordem de prioridade na pauta, outros ocuparão nela um lugar menor e secundário e outros serão descartados porque a mídia os considera de menor importância. Portanto, a mídia tem a função de pautar os assuntos que serão discutidos na esfera pública, não necessariamente dizendo *como* as pessoas devem pensar, mas, sobretudo, *sobre o quê* elas devem pensar. Os profissionais da mídia (sobretudo os seus chefes, diretores e proprietários) funcionam como *gatekeepers* (porteiros) da informação, que decidem o que vai ser noticiado ou transmitido e o que não; por consequência, o que grande público estará discutindo ou não.

Hoje, os estudos sobre mídias questionam a expressão *gatekeeper*, por considerá-la hierarquizante, preferindo uma expressão como *gatewatcher*, uma vez que os “filtros” não estão apenas nas redações, mas também na sociedade civil. O 11 de setembro de 2001 demonstrou que a pauta não necessariamente é estabelecida nos estúdios de televisão, mas por grupos que podem estar se posicionando na direção contrária dos interesses daqueles. Nos casos citados dos atentados em Nova York e Washington, da intervenção palestina no *Black September* e do suicídio do monge budista vietnamita, a pauta foi imposta por sujeitos políticos que não estão necessariamente na mídia, aliás, pelo contrário, que lhe são frontalmente hostis. O que não aconteceu, desgraçadamente, com os mortos, prisioneiros e deportados do golpe militar no Chile, nem com o ex-prefeito de Campinas, que não tiveram força política suficiente para se fazerem pautar, porque foram vítimas e não protagonistas. O 11 de setembro de 2001 foi uma demonstração de que o fenômeno do *agendamento* é ambíguo, pois quem determina a pauta nem sempre é apenas a mídia, mas também forças políticas suficientemente espertas e agressivas para interferir no circuito midiático com eventos tão poderosos que são impossíveis de serem ignorados, lidando, sobretudo, com a imponderabilidade da história ao vivo. Eventos como o 11 de setembro de 2001 revelam a fragilidade da própria mídia, que nem sempre consegue organizar as representações dos acontecimentos nas direções previamente elaboradas nas linhas editoriais das redações. O caso do sequestro do ônibus 174 é um bom exemplo brasileiro. Não por acaso, nas organizações midiáticas e instituições governamentais há sempre a discussão sobre se a imprensa e a televisão devem reportar ou transmitir atos terroristas, pois isso dá publicidade, visibilidade, eventualmente até legitimidade a forças de contestação. Mas há sempre o problema da perda de credibilidade, quando eventos de grandes proporções, presenciados ao vivo por massas imensas, são ignorados pela televisão e pela mídia. O que significa que, em situações excepcionais, a agenda pública pode determinar a agenda midiática, mesmo que à revelia dos interesses desta.

### **Referências bibliográficas:**

BECKER, Beatriz. *A Linguagem do Telejornal*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Sur la television*. Paris: Liber, 1996.

CONQUEST, Robert. *The Great Terror: a Reassessment*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1990.

DAYAN, Daniel & KATZ Elihu. *Media Events: the Live Broadcasting of History*.  
Cambridge: Harvard Univ. Press, 1992.

\_\_\_\_\_. "Political Ceremony and Instant History". In: SMITH, Anthony (ed.).  
*Television: an International History*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1995, PP. 169-188.

McCOMBS, Maxwell & SHAW, Donald. *The Emergence of American Political Issues*. New  
York: West Publishing, 1977.